

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desconto incentiva empresa a negociar com União ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte que declarou venda de carro no IR fica livre de multa ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar 13º de aposentados e pensionistas na terça; veja calendário ..... 6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Pedidos de pensão por morte em análise no INSS sobem 47% em um ano ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Esquema ilegal agarra Salles ..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

PF diz que normas de Salles facilitaram contrabando ..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso tem 14 projetos para derrubar canetada fura-teto de Bolsonaro ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo fraco, soluções ruins - PEDRO FERREIRA E RENATO FRAGELLI ..... 18

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso colombiano arquiva polêmico projeto de reforma da saúde ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Argentina suspende exportação de carne para tentar aliviar inflação ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Reduzir incentivos ajudará no PIB (2) ..... 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Com início de ano melhor que o previsto, projeção do PIB sobe ..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Criptomoedas perdem US\$ 638 bilhões de valor em uma semana ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Dados já sugerem uma retomada mais forte da economia europeia ..... 30



# Desconto incentiva empresa a negociar com União

**Beatriz Olivon De Brasília**

Descontos de até 50% sobre o valor principal, incluindo multas e juros, e precedentes desfavoráveis podem levar o contribuinte a desistir de processos em que discutem cobranças de contribuição previdenciária sobre programas de participação nos lucros e resultados (PLR) e negociar com a Fazenda Nacional. O tema é o primeiro a ser tratado por meio da chamada "transação tributária do contencioso".

O programa de parcelamento permite a pessoas físicas e jurídicas encerrarem litígios com a União. Os descontos oferecidos, segundo especialistas, chamam a atenção e devem ser levados em conta pelas empresas, além da jurisprudência. A adesão começa em 1º de junho e vai até o fim de agosto.

As empresas são autuadas quando a **Receita Federal** considera que não cumpriram os requisitos para isentar o PLR da cobrança de contribuição previdenciária, previstos na Lei nº 10.101, de 2000. Algumas dessas condições foram flexibilizadas pela Lei nº 14.020, de 2020. A tese é discutida por bancos e grandes empresas e há casos com valores bilionários.

Desde 2015, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** baixou mais de 320 acórdãos sobre o assunto - a maioria contrário às empresas - e muitos desses devem ir para a Justiça. Segundo tributaristas, porém, muitos casos foram resolvidos com o voto de qualidade (desempate pelo presidente da turma, representante da Fazenda), o que mudou em 2020. Além disso, tenta-se a aplicação retroativa da Lei nº 14.020.

Para o advogado Caio Taniguchi, sócio do escritório TSA Advogados, a lei de 2020 tem caráter retroativo e o fim do voto de qualidade é positivo para as ações administrativas, já que agora os empates favorecem os contribuintes. Ainda segundo o advogado, o tema PLR foi uma escolha muito inteligente da **Receita Federal** e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Taniguchi entende que a adesão vale para empresas que querem ter certeza do resultado - o que não é totalmente possível no contencioso administrativo e judicial - e para quem usou planos de PLR que

claramente não cumprem os requisitos da Receita. "Tem que se analisar o risco jurídico e a oportunidade econômica." A transação do contencioso inclui duas teses, o PLR de administradores e o de empregados e a jurisprudência delas é diferente, segundo Leandro Cabral e Silva, sócio do escritório Velloza Advogados Associados. No caso dos administradores, a jurisprudência majoritária é desfavorável. No **Carf**, acrescenta, a maioria é pelo voto de qualidade. "Desde que entrou em vigor a regra de empate a favor foram poucos julgados de PLR", afirma. No Judiciário também é desfavorável.

No caso da PLR de empregados, diz o advogado, depende de cada caso e das características do plano - se foi assinando com antecedência, entre outros. Mas no Judiciário os precedentes têm sido favoráveis, segundo Cabral, a depender de quando há negociação sobre o plano. "Às vezes até a ausência do sindicato é relativizada para efeitos tributários." Ana Carolina Utimati, do Lefosse Advogados, destaca que é importante observar que a adesão implica discussões futuras sobre os pontos da tese que não forem objeto de alteração legislativa ou decisões em repetitivo ou repercussão geral. "A empresa precisa se comprometer e estudar sua chance de êxito", diz. "Finalmente veio um edital que gera interesse e reflexão pelos clientes." Coordenador-geral da representação judicial da Fazenda Nacional, Manoel Tavares de Menezes Neto afirma que a transação no contencioso é uma janela de oportunidade para o contribuinte resolver imediatamente, com segurança e previsibilidade, os litígios pendentes, dentro dos limites ofertados pela Fazenda.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186874](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186874)

# Contribuinte que declarou venda de carro no IR fica livre de multa

*Joice Bacelo Do Rio*

Os ministros da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) consideraram que as informações prestadas na declaração anual do Imposto de Renda são suficientes para livrar o contribuinte que está inadimplente da chamada multa de ofício. Trata-se de uma punição severa. Se permitida, seriam aplicados 75% sobre os valores devidos.

Essa multa está prevista em lei e pode ser cobrada pela **Receita Federal** nos casos em que o pagamento dos **tributos** não é feito de forma espontânea. Ou seja, depende de um ato da fiscalização para que seja efetuado.

O caso julgado pela 2ª Turma tratava sobre a compra e venda de um automóvel. O contribuinte, pessoa física, adquiriu uma BMW por R\$ 60 mil e duas semanas depois vendeu o carro por R\$ 116 mil. Ele obteve um ganho, portanto, e sobre esse ganho incide Imposto de Renda.

A tributação deveria ter sido declarada e paga até o último dia do mês seguinte à operação. Mas o contribuinte não declarou o ganho, nem pagou o imposto. No ano seguinte, ao preencher a declaração anual do Imposto de Renda, informou que havia adquirido e vendido o carro.

Isso ocorreu no ano de 2006. Em 2008, ele recebeu a notificação de cobrança da Receita. O artigo 47 da Lei nº 9.430, de 1996, permite aos contribuintes que declararam o tributo o pagamento sem a multa de ofício em até 20 dias do recebimento do termo. Nesse casos, incide multa de mora somente, que é de 20%.

O contribuinte que comprou e vendeu a BMW aproveitou esses 20 dias. Pagou o imposto com juros e multa de mora. Mas, para a **Receita Federal**, ele não se enquadrava nessa possibilidade. Só ficaria livre da multa de 75% se tivesse declarado o ganho de capital no momento da venda do carro. Ou seja, as informações prestadas na declaração anual do Imposto de Renda não seriam suficientes para afastar a punição.

Esse caso começou a ser julgado pela 2ª Turma do STJ em agosto de 2019 (REsp 1472761). O relator, ministro Mauro Campbell, se posicionou de forma

favorável ao contribuinte naquela ocasião.

Entendeu que, apesar de não ter declarado o ganho com a venda do carro de forma devida-até o último dia do mês seguinte à operação ele prestou as informações que levaram a **Receita Federal** a cobrar o imposto. O contribuinte não teve, portanto, na visão do relator, a intenção de omitir as informações.

"A multa de ofício é cobrada pelo custo incorrido à fiscalização, que ao invés de receber informação acompanhada do pagamento do tributo, tem que movimentar sua máquina para fiscalizar e autuar a fim de receber o que lhe é devido", disse Campbell ao votar. "Mas é incontroverso que a compra e a venda constaram na declaração do Imposto de Renda e era facilmente extraível para que se contabilizasse o quanto deveria ser pago de ganho de capital." Esse caso voltou a ser discutido nesta semana, com o voto-vista do ministro Herman Benjamin. Ele divergiu do relator. "Informar que houve alienação não é a mesma coisa que informar que houve tributo devido. A alienação poderia estar na faixa de isenção tributária, por exemplo", afirmou.

O ministro chamou a atenção ainda para o tipo de operação feita pelo contribuinte. "Fato inusitado para a venda de automóveis. Bens dessa natureza sofrem desvalorização. Nunca vendi um carro ou vi alguém vender por um valor maior do que pagou", observou.

Og Fernandes, bem-humorado, pediu a palavra. "Aconteceu comigo, ministro Herman. Vendi o carro um ano após a compra por preço maior. Idos de 2005, 2006. Não era uma BMW, era um Corsa Classic 1.0, que todo motorista de táxi possuía porque tinha um porta-malas enorme. O ganho foi de R\$ 500. Eu declarei e paguei Imposto de Renda", disse, arrancando risos dos ministros.

Ele deu sequência ao voto, concordando com o relator e liberando o contribuinte da multa de ofício. A ministra Assusete Magalhães seguiu por esse mesmo caminho. Somente o ministro Francisco Falcão acompanhou a divergência. O placar ficou em três a dois.

Especialista em tributação, Marcelo Annunziata, do escritório Demarest, explica que existe um programa próprio para a declaração de ganho de capital dentro

do sistema da Receita e que o contribuinte deveria, de fato, ter declarado e pago o imposto no prazo estabelecido. No ano seguinte, ao preencher a declaração anual - que consolida as movimentações do período - apenas informaria sobre o que foi feito.

Mas, para a aplicação da multa de ofício, entende, não haveria como desconsiderar essa informação. "É fato que foi declarado. O Fisco tinha conhecimento." Leonardo Augusto Andrade, do escritório Velloza, complementa que o Fisco, nesse caso, só identificou o ganho de capital porque o contribuinte informou sobre a operação na sua declaração de Imposto de Renda. "Seria diferente se ele não tivesse informado e a fiscalização tivesse identificado o ganho a partir da declaração do comprador do automóvel, por exemplo. Aí, sim, seria cabível a multa de ofício." A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186874](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186874)**

# INSS começa a pagar 13º de aposentados e pensionistas na terça; veja calendário

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar na próxima terça-feira, 25 de maio, a primeira parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas. No Distrito Federal, serão beneficiadas 354,2 mil pessoas, que receberão R\$ 341,1 milhões. Somados aos salários do mês, o total liberado chegará a R\$ 1,055 bilhão.

Os pagamentos da primeira parcela serão feitos até 8 de junho, de acordo com o número final do benefício. A segunda parte do 13º salário será liberada de 24 de junho a 7 de julho. No Brasil, 31 milhões de aposentados e pensionistas terão a conta-corrente reforçada com o dinheiro extra com as duas parcelas. Juntos, receberão R\$ 56 bilhões, segundo o Ministério da Economia.

O intuito do governo com a antecipação é aumentar o poder de compra dessa parte da população para elevar a demanda e impulsionar a atividade econômica. Muitos aposentados, porém, manifestam dúvidas sobre o efeito da medida.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, João Inocentini, afirma não ver benefício nenhum. "A única coisa que melhora e que já vem de uma luta do próprio sindicato, foi de antecipar para julho 50% do 13º, ficando os outros 50% para dezembro. Nesta crise, a única coisa que o governo fez para os aposentados foi que, no ano passado, antecipou para o mês de abril, e neste ano, para este mês", afirma.

Inocentini alega que os aposentados estão entre os mais prejudicados pela pandemia. "Quando alguém perde o emprego, geralmente é o aposentado que garante essa pessoa, podendo ser um filho, neto, nora... Isso leva o aposentado a se endividar. Ele pegar dinheiro emprestado para pagar a comida de ontem."

Portanto, acrescenta Inocentini, a antecipação servirá mais para pagar as dívidas do que para aumentar o consumo. "Então, isso é bom em uma parte e ruim em outra. Quando chegar o fim do ano, a pessoa não terá nada para comprar um presente para os netos. Inocentini reclama ainda da **inflação** em alta, que está deixando as coisas muito caras. "O dinheiro entra hoje e sai amanhã, talvez nem dando para pagar as contas", disse.

## Contas

A paulista Maria do Espírito Santo, 59 anos, explica que devido a pandemia, a pensão que recebe do **INSS** foi usada para ajudar a filha, desempregada, o que a fez acumular contas em atraso. "Com a antecipação, vou pôr em dia essas contas", disse.

Alberto Jokubauskas, 59 anos, metalúrgico e instrutor no Senai, disse que a antecipação é uma boa ideia. "Com esse dinheiro, podemos acertar as finanças agora no meio do ano sem fazer mais dívidas. Eu pretendo equilibrar as despesas, antecipar pagamento de IPTU e seguro de carro", disse.

Juarez Martelozo, 67 anos, por sua vez, reclama da perda do poder aquisitivo. "A cada ano que passa, eu recebo menos, até chegar a um salário mínimo. Eu me aposentei com nove salários e, hoje, recebo dois. Essa antecipação vai suprir as necessidades hoje. A expectativa é só pagar as contas atrasadas, porque você vai no supermercado e não consegue fazer mais nada, leva R\$ 200 e volta devendo."

\*Estagiária sob a supervisão de

Odail Figueiredo

Fique de olho

Calendário de recebimento do 13º para aposentados do **INSS**

Para quem recebe até

um salário mínimo

Final de PrimeiraSegunda

beneficioparcelaparcela

125/524/6

226/525/6

327/528/6

428/529/6

531/530/6

61º/61º/7

72/62/7

84/65/7

97/66/7

08/67/7

Para quem ganha

acima de R\$ 1.100

Finais de PrimeiraSegunda

beneficioparcelaparcela

1 e 61º/61º/7

2 e 72/62/7

3 e 84/65/7

4 e 97/66/7

5 e 08/67/7

Fonte: **INSS**

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou ontem o julgamento do Recurso Extraordinários (RE 999435) que trata da negociação coletiva nas demissões em massa, com a participação obrigatória dos sindicatos. Até o momento, há três votos pela liberdade dos patrões de fazer dispensas de forma unilateral: o do relator, Marco Aurélio Mello, e dos ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques. O ministro Edson Fachin divergiu. O debate será reiniciado hoje.

Seja qual for o resultado, a decisão terá repercussão geral, ou seja, valerá como padrão em todas as ações sobre demissões em massa. Seis centrais sindicais encaminharam carta ao Supremo defendendo a garantia de direitos aos trabalhadores no caso de demissões em massa, o cumprimento das normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e diálogo social "para evitar tragédias". "As dispensas coletivas não podem ser equiparadas às dispensas individuais, conforme diretriz fixada pela OIT em suas convenções (em especial na Convenção nº 158)", diz o documento.

O processo foi aberto em 2009, quando a Embraer demitiu 4.200 trabalhadores em São José dos Campos (SP). A discussão sobre o tema tomou força após a reforma trabalhista que dispensou a presença do sindicato de trabalhadores em quase todas as

situações, e permitiu demissões sem negociação prévia. Em 2018, o presidente do TST, Ives Gandra Filho, suspendeu decisão em segunda instância da desembargadora Beatriz Renck, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que havia proibido a demissão de 150 professores da universidade UniRitter, em Porto Alegre.

Segundo especialistas, a Embraer deverá sair vencedora no processo. "A expectativa é pela não obrigatoriedade da negociação. A confirmação do resultado deverá trazer mais segurança jurídica para o meio empresarial", diz Luiz Marcelo Góis, sócio da área Trabalhista do BMA Advogados.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4925707-inss-comeca-a-pagar-13-de-aposentados-e-pensionistas-na-terca-veja-calendario.html>**

# Pedidos de pensão por morte em análise no INSS sobem 47% em um ano

Por Amanda Lüder, GloboNews

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) viu crescer, em um ano, em 47% o número de pedidos de pensão por morte aguardando análise. Em março de 2020, eram 153.293 pedidos - em março deste ano, eram cerca de 70 mil a mais: 224.293. Os dados foram obtidos com exclusividade pela Globonews.

**INSS** fecha 2020 com 1,7 milhão de benefícios represados; tempo médio é de 66 dias para concessão. Mais de 530 mil pedidos na fila do **INSS** são de benefícios assistenciais

A alta de pensões aguardando análise veio na esteira de um aumento do número de pedidos: só de janeiro a março deste ano, foram feitos 194.856 pedidos - uma alta de 45% em relação aos mesmos três meses do ano passado.

"Com o aumento do número de óbitos que o Brasil está registrando por conta da doença [a Covid-19], você automaticamente tem um número de pedidos de pensão por morte muito maior. Não há dúvidas que a Covid-19 tem relação direta com esse número", avalia o advogado especialista em direito previdenciário Rodolfo Rame.

### Atrasos nas concessões

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, no entanto, aponta que o acúmulo de requerimentos em análise também é resultado da demora na atualização do sistema do **INSS** após a aprovação da reforma da Previdência.

"Quem perdeu um parente depois de novembro de 2019, até junho de 2020, não tinha possibilidade de concessão do benefício, porque a regra já era nova, mas o sistema não estava atualizado. Então já havia um estoque, e com as mortes por covid-19, ele ficou maior ainda. O **INSS** não tem dado conta", afirma Adriana.

Atualmente, o **INSS** tem até 45 dias para responder às solicitações. Por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), os requerimentos feitos a partir de junho terão um prazo de resposta estendido para até 90 dias.

"Mas sabemos que tem pessoas esperando oito, nove meses. Há uma espera significativa além do normal nesses casos de pensão por morte", afirma a presidente do IBDP.

### Longa espera

Simone Ribas da Silva, empregada doméstica que mora na capital paulista, conta que seu cunhado faleceu em novembro de 2020, mesmo mês em que foi feita a solicitação de pensão por morte para a irmã dela, companheira do falecido há 25 anos. Ela afirma que o **INSS** não deu retorno até hoje.

"Não liberam, não falam nada, não dão satisfação. Minha irmã tem quatro filhas com ele, três são menores de idade. Ela depende dessa pensão para conseguir sustentar as filhas", conta Simone.

Caso a resposta da análise do benefício esteja atrasada, o especialista em direito previdenciário Rodolfo Ramer afirma que o cidadão deve fazer uma reclamação na Ouvidoria do **INSS**. "Se ainda assim não tiver o benefício concedido, deve ingressar com uma demanda judicial para que seu caso seja analisado", explica.

Foi o que fez Ana Paula da Silva Sena, técnica em enfermagem. O pai de Ana Paula faleceu devido a consequências de um AVC em abril de 2020. No mesmo mês, sua mãe entrou com o pedido de pensão por morte. Só obteve retorno do **INSS** em abril deste ano, um ano após a entrada com o requerimento, e teve o pedido indeferido.

Agora, está recorrendo na Justiça. "Meu pai era o provedor da casa. Com a ausência dele, entramos com a esperança de que não demorasse tanto, mas já faz mais de um ano. Tivemos que ter toda uma mobilização para poder dar o suporte para minha mãe", conta.

"Realmente é muito frustrante, pois não só a minha mãe, muitas pessoas precisam desse auxílio para alimentação, medicação, e é realmente revoltante", desabafa.

Em nota, o **INSS** afirma que está realizando ações para acelerar concessões das pensões por morte,



entre elas, mutirões em todo o país de análise e concessão desse benefício. E diz que outra medida é a possibilidade de concessão automatizada que pode ser realizada no momento em que os cartórios enviarem todos os documentos (legado) com o histórico da pessoa que faleceu.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/20/pedidos-de-pensao-por-morte-em-analise-no-inss-sobem-47percent-em-um-ano.ghtml>**

# Esquema ilegal agarra Salles



O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi acusado pela Polícia Federal de integrar um esquema criminoso que facilitou a exportação ilegal de madeira para a Europa e os Estados Unidos. Uma investigação feita pela corporação constatou que, a pedido de madeireiras no Pará, ele, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, e outros 10 **servidores públicos** mudaram normas legais que contribuíram para o contrabando de produtos florestais.

A PF cumpriu 35 mandados de busca e apreensão, ontem pela manhã, por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Salles foi um dos alvos da Operação Akwanduba, em alusão a uma divindade da mitologia dos índios Araras, que habitam o Pará. As condutas de Salles e dos demais investigados podem tipificar corrupção passiva, facilitação de contrabando, prevaricação, advocacia administrativa, corrupção ativa, contrabando, crimes contra a administração ambiental, lavagem de dinheiro, e integrar organização criminosa e obstrução de justiça.

Um dos principais indícios da participação do ministro no esquema foi o endosso dado ao pedido de duas empresas exportadoras de madeira para que o Ibama revogasse uma instrução normativa, de 2011 e da própria autarquia, que só autorizava a exportação de produtos e subprodutos madeireiros de origem nativa de florestas naturais ou plantadas mediante autorização do instituto no local da exportação. A PF relata que o pedido das madeireiras foi feito em uma reunião com Salles, Bim, parlamentares e outros integrantes do Meio Ambiente e do Ibama, em 6 de fevereiro do ano passado. Contrariando um parecer técnico da autarquia para que a instrução normativa não fosse cancelada, Salles deu aval para que Bim publicasse um novo despacho liberando a exportação de madeira nativa sem fiscalização.

Passar a boiada

A investigação lembra as declarações de Salles, na reunião ministerial de 20 de abril de 2020 - quando falou que o governo deveria aproveitar a atenção da imprensa voltada à pandemia para "passar a boiada" e mudar regras de proteção ambiental - para justificar a atuação do ministro nas exportações ilícitas de madeira. De acordo com as apurações, o ato assinado por Bim teve caráter retroativo, o que acabou "legalizando milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020".

Salles e os demais investigados tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados por determinação de Alexandre de Moraes. No inquérito, a PF aponta a existência de diversas comunicações ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) "de operações suspeitas" envolvendo o ministro do Meio Ambiente.

Moraes ressalta que foi identificada uma "movimentação extremamente atípica", de R\$ 14,2 milhões, envolvendo o escritório de advocacia do qual o ministro é sócio, no período de janeiro de 2012 a junho de 2020. (Augusto Fernandes, Israel Medeiros, Sarah Teófilo, Vera Batista, João Vitor Tavares\* e Pedro Ícaro\* - estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi\*)

Histórico de irregularidades

Alvos da Operação Akwanduba, os sócios de uma das empresas envolvidas, a Tradelink Madeiras, David Pereira Serfaty e o inglês Leon Robert Weich, administram uma empresa que já se envolveu em problemas com a Justiça - venda de madeira ilegal, falsificação de informações ambientais e exploração de trabalho escravo são alguns delas. As autuações à empresa, apontada como beneficiada por decisões do Ibama e do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, ultrapassam R\$ 7 milhões, segundo a Polícia Federal.

De acordo com a investigação, a Tradelink exportou madeira ilegal, sem autorização prévia do Ibama pelo menos em sete ocasiões: cinco contêineres destinados aos Estados Unidos, um para a Dinamarca e um para a Bélgica. Em 17 de janeiro, as autoridades norte-americanas foram avisadas da procedência da carga e o material apreendido. Dias depois, a empresa foi autuada pelas autoridades ambientais brasileiras.

Em fevereiro, representantes da empresa se reuniram com o superintendente do Ibama no Pará e com

Salles, e apresentaram documentos em que afirmava que "os pedidos de licença de exportação foram protocolados no Ibama, mas que os processos não tinham sido concluídos a tempo". O superintendente do órgão no estado, Walter Mendes Magalhães Júnior, atestou que a empresa teria feito os pedidos. Uma semana depois, em 14 de fevereiro, o adido do governo americano, a partir de informações públicas e obtidas com os compradores da madeira, nos EUA, constatou as inconsistências na documentação da Tradelink.

No mesmo mês, no dia 21, o adido da embaixada dos EUA reuniu-se com o presidente do Ibama, Eduardo Bim, e expôs os problemas relacionados à carga apreendida. De acordo com a investigação, Bim assinou um despacho para "dispensar a necessidade de autorização específica para exportação dos produtos e subprodutos florestais de origem nativa em geral, em desconformidade com o estabelecido" pela legislação.

No Congresso, o deputado Marcelo Freixo (PSol-RJ), líder da minoria na Câmara, apresentou uma ação na Justiça Federal do Distrito Federal pedindo o afastamento de Salles. Outros parlamentares de oposição falam em abrir uma CPI.

Ação foi "exagerada"

Ao tomar conhecimento da operação, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles foi à sede da Polícia Federal, em Brasília, acompanhado de um assessor armado, para tentar conseguir mais informações do inquérito. No entanto, não obteve sucesso e foi avisado de que a corporação não poderia fornecer mais detalhes porque a apuração corre sob sigilo.

Na sequência, ele se reuniu com Jair Bolsonaro e com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, de cuja pasta a Polícia Federal faz parte. Os dois ministros tentaram detalhar ao presidente os efeitos da investigação e Salles recebeu afagos do presidente, que disse ainda confiar no trabalho dele.

Mais tarde, em entrevista, o ministro repudiou a ação da PF, que segundo ele foi "exagerada e desnecessária". Salles ainda garantiu que as ações criminosas que lhe vêm sendo atribuídas "jamais aconteceram".

"Vou fazer aqui uma manifestação de surpresa com essa operação que eu entendo exagerada, desnecessária. Até porque, todos, não só o ministro, como todos os demais que foram citados e foram incluídos nessa investigação estiveram sempre a disposição para esclarecer quaisquer questões", explicou o ministro.

Ele reiterou que "não há substância em nenhuma das acusações" que constam na investigação. "Me parece que esse é um assunto que vai ser esclarecido com muita rapidez, porque, efetivamente, tanto como eu já disse, o ministério, quanto o Ibama, agem de acordo com a lei e de acordo com as melhores regras", afirmou.

# PF diz que normas de Salles facilitaram contrabando



**Augusto Fernandes e Sarah Teófilo**

A investigação da Polícia Federal que embasou a ação de ontem contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Bim, e outros integrantes dos dois órgãos por suspeita de envolvimento em esquema de exportação ilegal de madeira revelou que Salles e Bim mudaram normas que contribuíram para o contrabando de produtos florestais por madeiras brasileiras. As provas recolhidas pela corporação foram encaminhadas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou a PF a cumprir mandados de busca e apreensão contra Salles, Bim e demais servidores investigados, na Operação Akuanduba.

O magistrado também pediu a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ministro do Meio Ambiente e do presidente do Ibama e o afastamento deste último. A Polícia Federal indica a existência de diversas comunicações ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) "de operações suspeitas" envolvendo o ministro do Meio Ambiente. Alexandre Moraes ressalta que foi identificada "movimentação extremamente atípica" de R\$ 14,1 milhões envolvendo o escritório de advocacia do qual o ministro é sócio (50%), no período de janeiro de 2012 a junho de 2020.

Moraes determinou a suspensão do exercício da função pública de nove servidores. Segundo o ministro do STF, a investigação da PF aponta "em tese, para a existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais, o qual teria o envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro, no caso, o atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, de **servidores públicos** e de pessoas jurídicas".

No documento enviado a Moraes, a PF conta que Salles e Bim se reuniram em fevereiro do ano passado com servidores da autarquia, parlamentares e madeireiros, quando foi apresentada a proposta por duas empresas exportadoras de madeira de revogação de uma instrução normativa do Ibama de 2011. A norma estabelecia que a exportação de produtos e subprodutos madeireiros de origem nativa de florestas naturais ou plantadas dependia de autorização do instituto no local da exportação.

A PF sustenta que houve "atendimento integral e quase que imediato da demanda formulada pelas duas entidades" por parte de Salles e Bim, e que o Ibama publicou nova instrução liberando a exportação de madeira nativa sem fiscalização. O despacho do presidente do instituto teve caráter retroativo, de acordo com a investigação, o que acabou "legalizando milhares de cargas expedidas ilegalmente entre os anos de 2019 e 2020".

A corporação afirma, ainda, que o ministro e o presidente do Ibama ignoraram parecer técnico da autarquia que recomendava a rejeição do pleito das madeiras. De acordo com a PF, Salles e Bim perseguiram servidores que se colocaram contra a mudança nas normas. Alguns dos funcionários foram exonerados pelo chefe do Meio Ambiente. Para a PF, é "evidente que o interesse privado de alguns poucos empresários, reincidentes na prática de infrações ambientais, foi colocado à frente do interesse público".

O inquérito destaca que houve "esforço incomum" de Bim para adequar as normas de exportação de madeira segundo o interesse de empresas do ramo. Segundo a PF, "a situação que se apresenta é de grave esquema criminoso de caráter transnacional".

A corporação ressalta que as informações coletadas pela investigação denotam "o sucateamento dos órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente, o afastamento de fiscais de carreira com anos de experiência em suas funções e a adoção de novos procedimentos/interpretações, em verdadeiro descompasso com os princípios constitucionais ambientais, entre eles o da prevenção".

"Esta empreitada criminoso não apenas realiza o patrocínio do interesse privado de madeireiros e

exportadores em prejuízo do interesse público, notadamente através da legalização e de forma retroativa de milhares de carregamentos de produtos florestais exportados em dissonância com as normas ambientais vigentes entre os anos de 2019 e 2020 mas, também, tem criado sérios obstáculos à ação fiscalizatória do poder público no trato das questões ambientais, com inegáveis prejuízos a toda a sociedade", afirma a corporação.

DEFESA Alvos da Operação Akuanduba, os sócios da Trade-link Madeiras, David Pereira Serfaty e o inglês Leon Robert Weich, administram uma empresa que já se envolveu em problemas com a Justiça brasileira. Venda de madeira ilegal, falsificação de informações ambientais e exploração de trabalho escravo são alguns delas. As autuações à empresa, apontada como beneficiada por decisões do Ibama e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ultrapassam R\$ 7 milhões, ainda segundo a PF.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse ter ficado surpreso com a operação da Polícia Federal, a qual classificou como "exagerada e desnecessária". A declaração foi dada após a participação de Salles em um seminário realizado em Brasília, na manhã de ontem. "Faço aqui uma manifestação de surpresa com essa operação, que eu entendo exagerada, desnecessária. Até porque, todos, não só o ministro, como todos os demais que foram citados e foram incluídos nessa legislação estiveram sempre à disposição para esclarecer quaisquer questões", afirmou Salles.

Ao falar sobre o teor do inquérito, o ministro disse que a pasta, desde o início de sua gestão, "atua sempre com bom senso, respeito às leis e respeito ao devido processo legal" do setor. O ministro afirmou que embora não tenha tido acesso aos autos, entende que o processo foi instruído de uma forma que levou o ministro relator (do STF) a erro.

Salles disse que explicou o episódio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e que, em sua opinião, "não há substância em nenhuma das acusações" incluídas no inquérito. A investigação teve início a partir de um ofício elaborado pela Divisão de Repressão a Crimes Ambientais da Polícia Federal, com documentos produzidos pela embaixada dos Estados Unidos no Brasil, nos quais falava sobre a apreensão de madeira no estado da Geórgia. Nesse **comunicado**, Bryan Landry, adido do Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos Estados Unidos da América (FWS), informa que, em janeiro de 2020, o FWS deteve três contêineres de madeira exportados do Brasil que não possuíam documentação do Ibama.

**Site:** <https://digital.em.com.br/estadodeminas/>

## ■ LINHAS DA INVESTIGAÇÃO

- » Suposta participação de escritório de advocacia do qual o ministro Ricardo Salles é sócio em movimentação incomum de R\$14,1 milhões
  - » Atendimento pelo ministro de demanda particular de empresas, em detrimento do interesse público
  - » Decisões tomadas na pasta desconsiderando parecer técnico
  - » Perseguição de servidores contrários a mudanças de normas
  - » Atos que teriam legalizado carga expedida de forma irregular
-

# Congresso tem 14 projetos para derrubar canetada fura-teto de Bolsonaro

**Bernardo Caram** *brasil*

Após o governo Jair Bolsonaro editar portaria que libera uma espécie de teto salarial duplo a **servidores públicos**, beneficiando o próprio presidente e ministros, 14 projetos de decreto legislativo foram apresentados para derrubar a medida.

A portaria vai derrubar em cerca de 22% a economia feita pelo governo ao cortar as remunerações do funcionalismo seguindo o limite estipulado pela Constituição.

A nova regra, válida a partir deste mês, autorizou que o teto seja contabilizado separadamente para cada vínculo de servidores aposentados e militares inativos que retornaram ao serviço público.

Segundo o Ministério da Economia, R\$ 301 milhões são cortados por ano da folha de pagamento da elite do funcionalismo no Executivo federal para que os salários não superem R\$ 39,3 mil.

A mudança promovida pela portaria terá impacto de R\$ 66 milhões, segundo cálculos do governo, reduzindo a economia anual em quase um quarto, para aproximadamente R\$ 235 milhões. O número pode sofrer variações a depender da movimentação de servidores.

Rara ter uma ideia da dimensão da medida, se o Congresso aprovar uma proposta que cria mais restrições para cumprimento do teto remuneratório, a economia adicional estimada pelo governo será de apenas R\$ 23,7 milhões ao ano no Executivo federal, cerca de um terço do custo gerado pela portaria do teto duplo. O texto está travado na Câmara há mais de quatro anos.

O relator do projeto, deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), também é autor de um dos textos protocolados neste mês por congressistas para derrubar a portaria.

Para ele, a medida avança sobre a atribuição do Congresso ao criar regras para aplicação do teto.

"Além de ferir o princípio da moralidade administrativa, [a portaria] está claramente em desacordo com a Constituição, que estabelece que deve ser aplicado o

teto à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos", afirmou na justificativa da proposta.

Para a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), também autora de um projeto para cancelar a portaria, o governo concede privilégios a uma parcela de pessoas que acumulam remunerações em um momento de crise provocada pela pandemia. "É vergonhoso e imoral", disse.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ainda não sinalizaram se vão pôr as medidas em votação.

Até abril, o chamado abate-teto era aplicado sobre o contracheque de 4.900 pessoas. Desse total, cerca de mil se enquadram na nova liberação que duplica o teto.

Esse é o caso de membros da cúpula do governo, que poderão receber a totalidade do salário pela função no Executivo e da remuneração como militares inativos.

Os ganhos serão de até 69%, com pagamentos mensais que, a depender da autoridade, poderão ultrapassar R\$ 66 mil.

Bolsonaro recebe R\$ 30,9 mil pela função de presidente e tem mais R\$ 10,7 mil em outros benefícios, mas é feito um corte de R\$ 2.300 para que o teto seja obedecido.

Com a nova norma, a remuneração bruta do presidente deve passar de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil, uma alta de 6%.

O vice-presidente Hamilton Mourão deve deixar de ter um abatimento na remuneração bruta feito atualmente, de R\$ 24,3 mil, para respeitar o teto. Com isso, o valor passa de R\$ 39,3 mil para R\$ 63,5 mil, diferença de 62%.

Entre os ministros militares, o maior salto no salário fica com o chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. O governo deve deixar de fazer um desconto mensal de R\$ 27 mil, levando a remuneração a R\$ 66,4 mil, alta de 69%.

Na lista, também aparece o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, com aumento de R\$ 22,8 mil (alta de 58%). O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, deve passar a receber um adicional de R\$ 23,8 mil (acréscimo de 60%).

(Cidadania-PR)

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49533>**

Há ainda o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, com elevação de R\$ 17,1 mil (aumento de 44%).

O Ministério da Economia diz que a portaria ajusta o cálculo do teto a decisões do Supremo e do TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo a pasta, a aplicação desses entendimentos foi aprovada pela AGU (Advocacia-Geral da União) em dezembro de 2020.

De acordo com a Economia, das mil pessoas que serão beneficiadas, mais de 70% são médicos e professores. O teto duplo vale para profissionais dessas áreas que acumulam funções.

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao TCU, protocolou representação para que seja apurada a adequação da portaria.

"A edição da portaria extrapolou os contornos da jurisprudência firmada pelo STF, que diz respeito a vínculos remuneratórios regularmente acumulados por **servidores públicos** civis, não havendo margem para deduzir que a regra possa ou deva ser igualmente observada em situações envolvendo acumulação de vínculos remuneratórios por militares", disse o procurador.

As críticas ao aumento desse gasto vêm em um momento em que o governo trabalha pela aprovação da reforma administrativa, que reduz salários de entrada e acaba com a estabilidade para a maior parte do funcionalismo.

A proposta deve ser votada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara) nesta quinta (20). Depois, o texto seguirá para uma comissão especial.

Além de ferir o princípio da moralidade administrativa, [a portaria] está claramente em desacordo com a Constituição, que estabelece que deve ser aplicado o teto à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos

Rubens Bueno

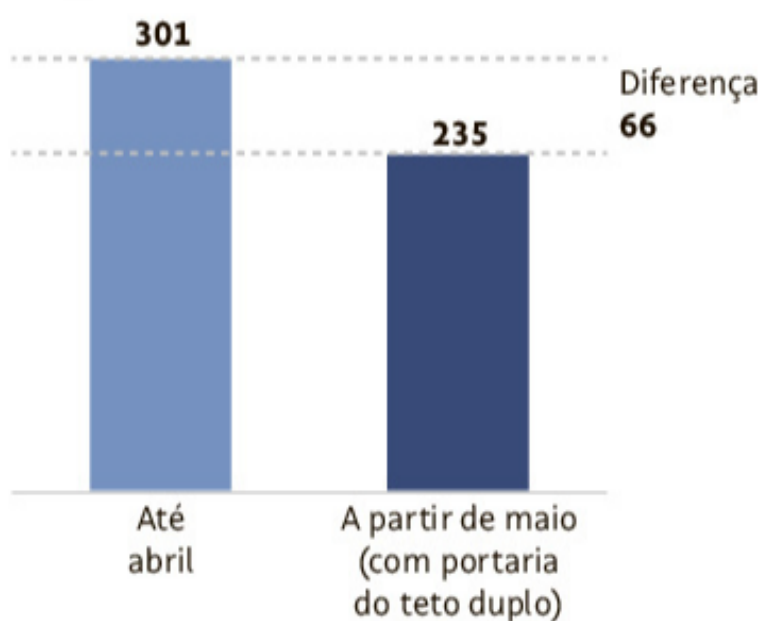
deputado



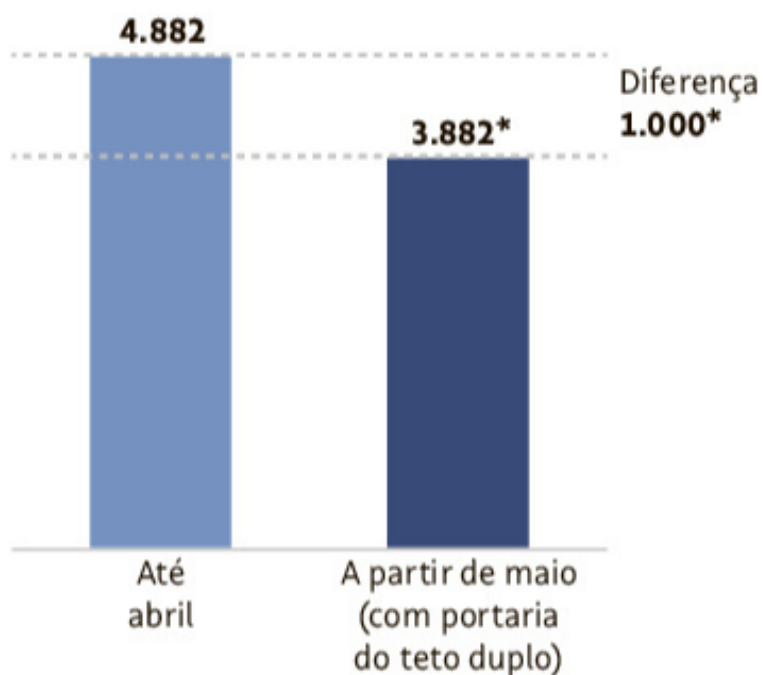
## Canetada derruba economia com corte de supersalários em 22%

Economia anual com corte de supersalário

Em R\$ mi



Servidores com salário cortado para respeitar teto de R\$ 39,3 mil



\*Estimativa Fonte: Ministério da Economia

# Governo fraco, soluções ruins - PEDRO FERREIRA E RENATO FRAGELLI

**PEDRO FERREIRA E RENATO FRAGELLI**

Uma leitura atenta do noticiário nacional, ao longo das últimas semanas, identifica sintomas eloquentes de uma sociedade que, envolta em conflitos internos, mergulhou voluntariamente na estagnação há quatro décadas. Somente as eleições de 2022 oferecem alguma esperança de correção de rumo, mas o quadro atual não permite alimentar grandes esperanças.

A **reforma tributária**, o mais importante item da pauta econômica em debate no momento, encontra-se num atoleiro. O relatório da Comissão Mista da **Reforma Tributária** divulgado pelo relator, deputado Agnaldo Ribeiro, mostra que o Congresso vem amadurecendo a compreensão do complexo tema. Até questões que costumam suscitar resistências de pessoas tão bem intencionadas quanto mal informadas, como a necessidade de haver uma alíquota única do IVA para todos os bens e serviços comercializados num mesmo município, parecem ter sido compreendidas por muitos legisladores.

Mas a aprovação de uma reforma tecnicamente consistente, sem graves concessões que comprometam sua eficácia, exigiria uma liderança e habilidade políticas inexistentes num governo capitaneado por Bolsonaro. Como pior do que manter temporariamente a desordem tributária atual seria aprovar definitivamente uma reforma ruim, tudo indica que o tema ficará para um futuro governo.

A sempre adiada privatização da Eletrobras segue no mesmo rumo. A MP original enviada pelo governo sofreu profundas alterações no Congresso que reduzem a atratividade da empresa para potenciais compradores privados, assim como criam incertezas que afetam outras empresas do setor elétrico.

Na nova versão da MP, a Eletrobras passaria ao setor privado, mas em seu lugar surgiria outra estatal gigantesca - a Eletronuclear - que herdaria as usinas nucleares e também Itaipu, além de ser obrigada a construir termelétricas movidas a gás em locais onde sequer há gasodutos. Dessa forma, a rentável Itaipu geraria os recursos para sustentar termelétricas economicamente inviáveis, além de outros penduricalhos, o que constituiria um subsídio cruzado injustificável.

Da mesma forma que no caso da **reforma tributária**, pior do que preservar por mais algum tempo a Eletrobras na mão do Estado seria aprovar uma privatização mal feita, de modo que tudo indica que a privatização ficará para um futuro governo.

Na Petrobras, a intervenção de Bolsonaro destinada a mudar a política de fixação de preços de combustíveis, baseada na paridade com os preços internacionais, apenas no intuito de agradar seus eleitores caminhoneiros, até agora não resultou em mudança naquela política. Isto porque o novo presidente, ao assumir o cargo, descobriu que não há outra política de preços economicamente viável. Mas já se pode prever que, como compensação ao capitão, a atual direção da empresa adiará as privatizações de refinarias, embora já haja uma decisão do Cade - bem como um Termo de Compromisso de Cessaçao de Prática assinado pela Petrobras - que prevê as privatizações.

Tampouco outras privatizações deverão avançar. Após o Ministério da Economia divulgar um detalhado inventário de participações acionárias da União que surpreendeu pela sua amplitude, as poucas privatizações ocorridas limitaram-se a vendas de subsidiárias de empresas estatais, bem como a licitações que transferiram ao setor privado a exploração de ativos - como aeroportos - de estatais mantidas. O estatista Bolsonaro repete a estratégia do PT que fazia concessões aos mercados de capitais, promovendo a contragosto algumas privatizações perfunctórias, mas limitava-as aos casos em que podia transferir o setor privado apenas a exploração do serviço preservando a propriedade estatal do bem de capital.

No momento em que o Congresso discute a espinhosa PEC da reforma administrativa, cujo objetivo é racionalizar os elevados gastos com pessoal, o mesmo governo que enviou a PEC divulga um decreto oficializando o descumprimento do teto constitucional de remuneração de servidores. O próprio presidente da República é beneficiário direto do decreto. E a reforma proposta só valeria para novos funcionários, atrasando em décadas um ajuste necessário e o corte de privilégios.

As disfunções e a paralisia decisória ilustradas acima são o resultado de um governo sem maioria

parlamentar chefiado por um político tosco sem convicções claras, além de um conservadorismo algo difuso mas extremamente reacionário. Após fomentar os mais diversos conflitos e tratar a pandemia com indescritível irresponsabilidade, Bolsonaro precisou buscar apoio no velho Centrão - que negou e atacou inúmeras vezes antes de abraçá-lo -, um bloco composto de 1/3 dos deputados para conseguir escapar do impeachment. Mas seus novos parceiros agora lhe impõem o preço do apoio sob forma de exigências cada vez mais caras, o que perpetua a paralisia.

Com a aproximação do calendário eleitoral, a sociedade se vê diante de um quadro desanimador. A principal candidatura de oposição, até o momento, é a de um ex-presidente envolvido em inúmeros escândalos de corrupção que governou durante um grande boom de commodities, o que lhe permitiu entrar para o imaginário popular como grande administrador e eleger uma neófita na política. As políticas equivocadas e distorcidas do segundo governo Lula foram aceleradas e ampliadas, por Dilma Rousseff. A Nova Matriz Econômica mergulhou o país numa profunda crise econômica que abriu espaço para a eleição de um primitivo anti-democrata, que não tem qualquer projeto significativo hoje além de sua sobrevivência política a qualquer preço.

Lula elegeu Dilma que, por sua vez, elegeu Bolsonaro. É preciso evitar que Bolsonaro eleja Lula. Não se pode escolher um projeto ruim, que provavelmente manterá o país em conflito e estagnado, substituindo-o por outro também ruim que deu errado no passado.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento  
Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186874?page=3&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186874?page=3&section=1)**

# Congresso colombiano arquiva polêmico projeto de reforma da saúde

Bogotá, 19 mai (EFE).- O Congresso da Colômbia arquivou nesta quarta-feira o projeto de reforma da saúde, uma das exigências dos grandes protestos que começaram há 22 dias no país.

A iniciativa, que havia sido apresentada pelo partido de direita Mudança Radical, foi arquivada por ampla maioria nas comissões do Senado e da Câmara dos Representantes encarregadas da análise do projeto.

Acabamos de arquivar a reforma da saúde no Congresso. Uma vitória da mobilização cidadã, da organização e das persistentes reivindicações do setor. O que continua é construir uma reforma que inclua todo o setor e não dê mais poder às EPS (Empresas Prestadoras de Saúde), escreveu em redes sociais Jorge Gómez Gallego, representante do partido esquerdista Dignidade.

A decisão do Congresso foi recebida com aplausos por manifestantes concentrados na Praça de Bolívar, no centro de Bogotá, que consideram esta uma conquista dos protestos, já que a reforma da saúde representava um maior nível de privatizações no sistema.

No dia 2 de maio, o presidente colombiano, Iván Duque, anunciou a retirada do projeto de **reforma tributária**, que havia gerado o descontentamento da população, dando início aos protestos em 28 de abril.

Depois de saber que o projeto de reforma sanitária - que foi apoiado pelo governo - não avançou, o partido Mudança Radical lamentou a decisão porque a iniciativa garantia o direito à saúde e à sustentabilidade do sistema e incorporava soluções para os problemas que se tornaram evidentes com a crise da covid-19.

O partido enfatizou que a reforma permitiria que alguns hospitais se especializassem em doenças raras e câncer e que incluía um programa para a reorganização financeira do setor.

Esperamos que no próximo projeto de saúde haja um debate à altura, com argumentos e deixando de lado as notícias falsas, disse o partido, que convidou os congressistas a encarar os debates de que a Colômbia precisa urgentemente e não se deixar levar pela informação e especulação que carecem de

profundidade e seriedade.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2021/05/20/congresso-colombiano-arquiva-polemico-projeto-de-reforma-da-saude.htm>

# Brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão em impostos

Os brasileiros já pagaram, neste ano, R\$ 1 trilhão em **tributos** arrecadados pelos governos federal, estaduais e municipais, de acordo com o que registra o Impostômetro, ferramenta mantida pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A marca foi atingida às 7h53 de ontem, informa a Agência Brasil. Entraram na conta **impostos**, taxas e contribuições, incluindo multas, juros e correção monetária.

Segundo as informações da ACSP, no ano passado esse valor foi superado em 27 de junho e, em 2019, em 24 de maio. "O índice, portanto, aponta que os contribuintes brasileiros devem pagar mais dinheiro para os cofres públicos neste ano do que pagaram em 2020 e, até mesmo, em 2019, época sem pandemia." De acordo com a análise da ACSP, o aumento da **inflação** no período, comparada com as elevações de preços de produtos registradas anteriormente, a desvalorização do real frente ao dólar e o crescimento da economia em alguns setores como os relacionados ao aumento das importações, à indústria, à saúde, aos grandes varejistas e ao comércio considerado não essencial foram os fatores que contribuíram para essa marca. Também determinaram esse valor o aumento das compras on-line e pedidos de delivery.

Segundo o economista-chefe da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, várias prestações de serviços e o comércio estão sendo muito afetados na pandemia, mas atividades que geram muitos **impostos** também cresceram bastante. "Alguns exemplos são as exportações, que estão em alta, e o montante das vendas em supermercados que, além de estar muito elevado, ainda proporciona maior arrecadação por conta dos preços dos produtos que vêm subindo."

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, de 2016 a 2019, os brasileiros tiveram de trabalhar 153 dias para pagar **impostos**. No ano passado, foram 151.

O Impostômetro foi implantado em 2005 pela ACSP para conscientizar os brasileiros sobre a alta carga tributária e incentivá-los a cobrar os governos por serviços públicos de mais qualidade. Está localizado na sede da entidade, na região central da capital paulista.

# Argentina suspende exportação de carne para tentar aliviar inflação



*Sylvia Colombo* *buenosaires*

O governo argentino decidiu proibir as exportações de carne durante um mês, em uma tentativa de conter a **inflação**, que, no acumulado de 12 meses, chega a 47,2%.

"Queremos garantir que o produto seja acessível ao consumidor argentino e combater práticas especulativas no setor da exportação", afirmou o ministro de Desenvolvimento do país, Matías Kulfas.

A decisão causou revolta entre produtores e exportadores. Em retaliação, eles anunciaram para esta quinta-feira (20) uma greve de, no mínimo, nove dias do abastecimento interno do produto.

Já há relatos desde a aduana de que as exportações começaram a ser bloqueadas, mesmo com a decisão do governo não tendo sido oficializada. Na tarde desta quarta-feira (19), os produtores debatiam a ameaça de greve.

Produtores dizem que, por enquanto, não há risco de desabastecimento. Mas um desentendimento entre o campo e o governo, se prolongado, poderia levar a isso. Na dúvida, muitos argentinos reservaram alguns momentos a mais neste dia para ficar na fila dos açougues.

"Eu vou me garantir, pelo menos para o fim de semana", diz Alejandra Bermúdez, que fazia compras na rede de supermercados Coto.

A decisão de interromper as exportações gerou apreensão no mercado e criou uma contradição com o próprio discurso do presidente Alberto Fernández, que já havia afirmado que a Argentina precisa das exportações para ter acesso a moeda estrangeira.

Agora, Fernández diz que a situação é diferente, pois a pressão de compra por parte da China vinha elevando o preço da carne no mercado interno, com impacto na **inflação**. O país asiático compra 75% da carne exportada pela Argentina.

O gesto corresponde também a uma ação política. A ala mais à esquerda da coalizão peronista que governa o país aplaude a proibição da exportação.

"É preciso garantir que o argentino tenha carne barata na mesa", disse o ativista Juan Grabois, líder de um dos movimentos sociais mais próximos ao governo, o Pátria Grande.

Já para Daniel Pelegrina, da Sociedade Rural Argentina, o fechamento das exportações é um passo atrás e um erro.

"Causará um dano irreparável a um setor produtivo que demonstrou que gera emprego e atividade em todo o território nacional. A decisão destrói a imagem da Argentina como provedor confiável e voltaremos a entregar o mercado a nossos principais competidores", disse.

Pelegrina também afirmou que a medida pode reduzir o preço da carne no curto prazo, mas não funciona no longo prazo -e que, no final, os preços continuarão subindo.

"Isso já fracassou no passado e vai continuar fracassando. Se for se manter a longo prazo, irá fazer com que os investimentos na área desapareçam, esvaziando-a", disse Horacio Salaverri, presidente da Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa.

Para Fernando Canosa, consultor da área de produção de carne, a decisão irá beneficiar o Uruguai.

"São eles [os produtores uruguaios] que acabam absorvendo esse mercado da carne argentina, sobretudo no Brasil, porque se vende como algo de qualidade similar, ou mesmo superior!"

Essa não é a primeira proibição à exportação para conter preços por parte da atual gestão. O mesmo foi feito com o milho, em janeiro, mas a medida foi logo

derrubada por conta depressão dos produtores.

Embora em queda nos últimos anos, a carne é um dos setores mais importantes das exportações argentinas, correspondendo a 10% do comércio exterior do país.

A tensão entre campo e governo traz uma recordação traumática aos argentinos. Em 2006, o então presidente Néstor Kirchner (1950-2010) também determinou interromper as vendas de carne ao exterior. A política se aprofundou nas duas gestões de sua sucessora, Cristina Kirchner (2007-2011).

Em 2008, houve um confronto de tom mais elevado, com a implementação de taxas por parte do governo às transações comerciais de produtos agrícolas e várias manifestações de rua.

Importador brasileiro teme aumento de preços com decisão

Douglas Gavras

Os efeitos para o exportador brasileiro da suspensão de vendas de carne e soja da Argentina devem ser limitados, segundo analistas ouvidos pela Folha.

Por outro lado, os mais preocupados com a decisão são os importadores que dependem da carne argentina para abastecer restaurantes nacionais.

De acordo com Luiz Ser-vadio, gerente comercial da importadora Três Passos Alimentos, já havia um cheiro no ar de que teria alguma mudança no mercado de carnes argentino desde a semana passada, mas a decisão pegou os importadores de surpresa.

"Se faltarem cortes argentinos, tememos que alguns produtos nacionais também subam. Podemos substituir parte das importações por carne uruguaia, mas não duvido que o produto de lá aumente de preço, com a maior procura", diz Servadio.

Segundo outra importadora ouvida pela reportagem, vai ser preciso rever a estratégia de vendas, agora que a carne argentina foi retirada do portfólio.

Uma das saídas também deve ser procurar por cortes no Uruguai, ainda que leve tempo para habilitar a importação de frigoríficos estrangeiros -e diversos clientes são fiéis aos produtos argentinos.

Nas importadoras, o quilo do bife de chorizo argentino (contrafilé) custa hoje cerca de R\$ 70, enquanto o uruguaio sai por R\$ 65. As empresas terão de se reprogramar e temem prejuízos, em uma época do ano em que a venda de carnes de fora costuma ser melhor. Segundo dados oficiais, o Brasil comprou

pouco mais US\$ 19 milhões em carne bovina argentina desossada neste ano.

Por outro lado, para os exportadores brasileiros, os efeitos da decisão do governo argentino devem ser limitados. Na avaliação do ex-secretário nacional de Comércio Exterior Welber Barrai, a suspensão das exportações argentinas até pode beneficiar as vendas da carne brasileira ao exterior, mas o ganho tende a ser marginal.

"A depender do mercado, as empresas ainda precisam de certificação sanitária prévia", disse Barrai.

Greve para exportação de grãos no vizinho

As exportações argentinas de grãos foram paralisadas devido a uma greve de portuários para exigir a inclusão da equipe embarcada como grupo prioritário para vacinação contra Covid-19. Medida de 48 horas interrompeu a atividade em Rosário, de onde saem 80% dos produtos agrícolas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49533>**





## Reduzir incentivos ajudará no PIB (2)

**Solange Srouf Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio.**

Prolongamento de estímulos causaria mais **inflação** e alta mais rápida dos juros

A performance da economia brasileira foi bem mais positiva do que o previsto no ano passado. Dada a extraordinária expansão fiscal e monetária a partir de março de 2020, nada parecia mais natural.

De uma recessão esperada de cerca de 10%, fechamos o ano com uma queda do **PIB** de 4,1%. No entanto, tal desempenho não foi suficiente para evitar um elevado pessimismo no começo de 2021.

Diante do temor de uma segunda onda da Covid-19 e da perspectiva de uma forte retração fiscal, muitos economistas passaram a esperar uma queda do **PIB** já no primeiro trimestre. Alguns tinham como cenário-base uma recessão no segundo trimestre.

Esse cenário começou a mudar. Diversos indicadores nos últimos meses -como criação de emprego formal, concessões de crédito, vendas no varejo e produção de serviços e de bens industriais- levaram vários analistas a revisar o crescimento deste ano de cerca de 3% para um valor próximo ou superior a 4%.

De fato, o recrudescimento da pandemia nos atingiu de forma avassaladora; e, entre março e abril, restrições de mobilidade foram adotadas na maioria das grandes cidades. A contração fiscal se confirmou também bastante significativa. De um gasto de R\$ 500 bilhões em 2020 para lidar diretamente com os efeitos econômicos da Covid-19, o total programado para este ano é de R\$ 125 bilhões.

São dois os principais fatores por trás de um otimismo maior com o crescimento de 2021. O primeiro é de curto prazo: o menor impacto das restrições de locomoção. Não só no Brasil, mas diversas sociedades se mostraram menos obedientes a partir do começo do processo de vacinação. Agora, com a abertura da economia, ficará mais evidente se a estabilização de um alto número de casos no país deverá ou não gerar novamente um colapso do sistema de saúde.

O segundo fator é mais polêmico e estará presente no debate econômico eleitoral: estímulos fiscais e monetários não geram crescimento sustentável. O medo do "abismo fiscal" foi exagerado, assim como a

ideia de que os juros reais deveriam ser negativos. No momento em que a mobilidade voltou, a oferta se ajustou, e a economia pode se recuperar.

O acúmulo de poupança durante a pandemia deve estar ajudando a transição, assim como algum ganho de produtividade com as novas formas de produção advindas da experiência do distanciamento social.

As políticas expansionistas no começo da pandemia eram vistas como essenciais para estimular a demanda, devendo ser retiradas muito gradualmente sob o risco de levar a mais um ano de estagnação. Tal ponto de vista se mostrou completamente equivocado.

Tanto a política fiscal quanto a monetária foram, na verdade, fundamentais para evitar a parada abrupta da oferta da economia. Impediram uma taxa de desemprego muito maior (por meio dos programas de afastamento temporário ou redução da carga de trabalho bancados pelo governo), um aumento substancial da pobreza (pelo auxílio emergencial) ou uma quebra de empresas (via programas de crédito e queda da taxa de juros).

Quando o controle da pandemia permitiu a volta da produção, a redução dos estímulos não só não levou a uma desaceleração forte da atividade como também se mostrou produtora. Seu prolongamento e o aumento ainda maior de nossa dívida causariam não apenas mais **inflação** mas também uma elevação mais rápida dos juros.

Não faltam evidências para essa argumentação -basta observar o comportamento da taxa de câmbio, dos juros longos e das expectativas de **inflação** desde o começo deste ano, durante a votação da PEC Emergencial e nas discussões sobre o Orçamento deste ano.

A pandemia ameaçou pôr em xeque as políticas de consolidação fiscal e a queda das taxas de juros reais iniciada em 2017. Algumas ideias como: juros baixos são eternos, câmbio depreciado ajuda a retomada, desigualdade social se resolve com auxílio emergencial, gasto é vida, entre outras, são "fantasmas" que certamente nos assombrarão no ano que vem.

A retomada da economia é hoje o nosso maior escudo contra essa falsa narrativa. O problema está em blindá-la contra o risco de agravamento da crise política e sanitária.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**33**

# Com início de ano melhor que o previsto, projeção do PIB sobe



CÁSSIA ALMEIDA [cassia@oglobo.com.br](mailto:cassia@oglobo.com.br)

Há quatro semanas, o Boletim Focus, que traz previsões de mais de cem bancos e consultorias recolhidas pelo Banco Central, vem mostrando melhora na previsão do **PIB** deste ano. Subiu nesse período de 3,04% para 3,21%. Os números do primeiro trimestre surpreenderam, mesmo com as restrições impostas à atividade econômica em março com a segunda onda da Co-vid-19. E já há um conjunto de bancos que prevê alta próxima de 4% e até maior para 2021.

João Leal, economista da Rio Bravo Investimentos, não projeta qualquer queda no **PIB** trimestral este ano. No fim de 2020, temia-se que o Brasil entraria em recessão técnica (dois trimestres seguidos de queda na comparação com os três meses anteriores), mas esse receio foi afastado pelos números de janeiro e fevereiro: -No início do ano, começamos a ver uma reabertura muita ampla da economia, praticamente a vida voltou ao normal, o que deu um impulso forte em janeiro e fevereiro. Revisamos nossa previsão de 3,2% para 4%, com viés de alta, podendo chegar a 4,5%

E a queda em março não foi tão forte quanto se esperava. As estimativas para o varejo eram de retração de até 10% no mês. Mas o resultado apresentado pelo IBGE foi bem melhor. Limitou-se a 0,6% e, quando incluídas as vendas de carros e de material de construção, ficou em 5,3%.

## SERVIÇOS AINDA FRACOS

Mesmo assim, os serviços, os mais afetados pelo fechamento das atividades para combater a pandemia, estão patinando. Seu ritmo está inferior a fevereiro de

2020, depois da queda de 4% em março. Mas já foi constatada recuperação do setor em abril, segundo o Itaú Unibanco, que aumentou sua expectativa para economia este ano de 3,8% para 4%.

Na MB Associados, correções para cima também foram feitas. A previsão para o **PIB** passou de 2,6% para 3,2%.

-As pessoas não tinham o auxílio emergencial, precisavam trabalhar. Depois de um ano de crise profunda, as famílias não tinham mais recursos disponíveis. Não se fez lock-down na segunda onda, permitindo que as pessoas circulassem livremente, e a atividade continuou bem. Mas trouxe o risco de terceira onda, que é difícil que não aconteça - comenta Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Os índices de mobilidade voltaram aos níveis de fevereiro, ajudando a atividade econômica, mas trazendo mais risco de uma terceira onda. E a vacinação ficou mais lenta.

Para Leal, o segundo trimestre também não deve ser negativo, como se acreditava no fim de 2020. A volta do auxílio emergencial e do programa de manutenção do emprego e a antecipação do 13º salário de aposentados tendem a favorecer a atividade, reduzindo a queda esperada no trimestre.

A LCA Consultores, que também está recalculando suas estimativas, prevê agora um crescimento de 4% do **PIB** este ano. Até março, esperava alta de 2,8%.

- Os resultados trouxeram forte surpresa positiva no primeiro trimestre. Isso, somado à melhora das expectativas econômicas globais, está nos levando a promover esta revisão - afirma Thais Zara, economista da LCA Consultores

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Criptomoedas perdem US\$ 638 bilhões de valor em uma semana

Bitcoin e outras criptomoedas perderam US\$ 638 bilhões em valor em apenas uma semana e estão recuando de forma tão acentuada que analistas já se perguntam quanto vai durar o boom do dinheiro virtual nos mercados.

Desde o dia 7 de maio, as moedas digitais já perderam US\$ 1 trilhão de seu valor-um patamar que se aproxima do **PIB** (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos) do Brasil, que está em cerca de US\$ 1,4 trilhão.

O bitcoin e o ether, as duas principais moedas digitais, derreteram ontem influenciadas por um clima de aversão a risco e chegaram a registrar quedas de 30% e 45%, respectivamente. Durante a tarde, porém, os ativos reduziram significativamente suas perdas, após dois de seus maiores apoiadores, o presidente executivo da Tesla, Elon Musk, e a presidente da Ark Invest, Cathie Wood, reiteraram seu apoio ao bitcoin.

Durante o dia, o bitcoin atingiu seu menor valor desde fevereiro deste ano, com a mínima de US\$ 30.066, menos da metade da máxima histórica de US\$ 64.829 alcançada no mês passado.

Após as criptomoedas começaram a despencar, Musk fez publicações no Twitter indicando que a Tesla não iria vender seus bitcoins.

As causas do tombo são várias. Entre elas, estão as críticas de Musk ao impacto ambiental com o uso de energia para minerar bitcoin. Após investir mais de US\$ 1,5 bilhão na moeda, ele disse que não vai mais aceitá-la na compra de seus carros elétricos. A China também decidiu proibir instituições financeiras de fornecerem serviços de criptomoeda.

Somado a isso, estão as sinalizações do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) de que a retirada de estímulos econômicos e a alta dos juros nos Estados Unidos podem ocorrer antes do que o mercado esperava, reduzindo o apetite por risco.

Ficar abaixo da marca de US\$ 40 mil é uma fronteira crítica para o bitcoin, e agora um declínio para menos de US\$ 30 mil não está fora de questão, escreveu em nota a investidores Jeffrey Halley, analista de mercado da corretora Oanda.

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Dados já sugerem uma retomada mais forte da economia europeia

**Valentina Romei**

A economia da zona do euro começou a se recuperar da pandemia de covid-19, apontam indicadores de dados de alta frequência que mostram indícios preliminares de que no segundo trimestre a região registrará uma forte recuperação de sua recessão de dupla queda.

Um aumento no número de anúncios de empregos, o crescimento nas viagens para locais de entretenimento e lazer e o aumento nas reservas para férias sugerem que a atividade econômica está em recuperação, apesar das restrições que continuam em vigor para controlar a propagação do vírus.

"A recuperação já começou na zona do euro, com base em vários indicadores de alta frequência", disse Angel Talavera, da consultoria da Oxford Economics. Sua expectativa é de que o Produto Interno Bruto (**PIB**) da zona do euro se expanda 1,5% nos três meses que se encerram em junho, na comparação trimestre a trimestre.

A zona do euro caiu em uma recessão com dois períodos de retração no primeiro trimestre deste ano, e seu **PIB** se contraiu 0,6%. Em comparação, os EUA cresceram 1,6% no primeiro trimestre em relação aos três meses anteriores, e a China teve uma expansão de 0,6%.

Bert Colijn, economista do banco ING, disse que embora a recuperação da zona do euro possa ter sido relativamente lenta até agora, "os sinais para os próximos meses são muito positivos". A atividade está aumentando significativamente com as restrições começando a ser relaxadas, "o que mostra que o distanciamento social voluntário é muito menor agora, em comparação com a primeira onda do vírus", afirmou ele.

Dados alternativos têm sido acompanhados com atenção desde o início da pandemia, pois oferecem uma medida mais pontual da atividade, embora sejam menos abrangentes e confiáveis do que os dados oficiais.

O número de ofertas de vagas de emprego tem crescido em todas as grandes economias da zona do euro, de acordo com dados do site de empregos

Indeed.

Enquanto isso, há indicações preliminares de que os consumidores estão mais dispostos a gastar. Dados do Google Mobility mostram que centros de varejo e entretenimento têm recebido mais visitantes. Na Alemanha, os gastos do consumidor na semana até 9 de maio ficaram apenas 3% abaixo de igual semana de 2019, segundo a Fable Data, que monitora transações bancárias.

Ana Boata, da empresa de serviços financeiros Euler Hermes, disse que sua expectativa é de que os consumidores gastem parte das economias que acumularam durante os "lockdowns". O efeito pode ser substancial: ela estima que um excesso de poupança equivalente a mais de 1,5% do **PIB** da zona do euro será gasto neste ano.

Ela disse que "há sinais de um início de recuperação em maio" e se espera um "crescimento significativo para recuperar o atraso" em junho e julho, com os países se abrindo cada vez mais.

Os casos de covid-19 têm caído na maioria dos países da zona do euro e as vacinações estão avançando, por isso as restrições devem ser suspensas em muitos lugares nas próximas semanas.

O setor de turismo da Europa, duramente atingido pela pandemia, também dá sinais de melhora. Na semana até 15 de maio, as reservas nos sites Airbnb e Vrbo estavam apenas 4% abaixo de igual semana em 2019, de acordo com a AirdDNA, uma empresa de dados sobre locações de imóveis.

Outra empresa de dados sobre locações, a Transparent, também aponta crescimento neste mês em uma medição mais abrangente, que inclui o site Booking.com. As visitas aos principais sites de turismo têm aumentado, segundo a SimilarWeb, uma empresa que monitora o tráfego na internet.

Mesmo assim, ainda há um longo caminho para a recuperação: a ocupação nos hotéis para os próximos 90 dias está abaixo de 10% em muitos países da zona do euro, segundo a consultoria hoteleira STR.

De modo geral, o rastreador econômico semanal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OC-DE) registrou aumentos recentes no desempenho econômico de vários países da zona do euro.

A manufatura, que tem sustentado a economia da zona do euro nos últimos meses, continua resiliente, amparada pela crescente demanda mundial. No início de maio, o índice alemão de quilometragem de caminhões - um indicador da produção industrial - estava bem acima de seu nível anterior à pandemia.

Os principais industriais da Europa estão bem mais confiantes sobre as perspectivas econômicas do que há seis meses, de acordo com pesquisa realizada com os CEOs de 60 empresas da Mesa Redonda Europeia para a Indústria.

"Os executivos-chefes e presidentes europeus veem a luz no fim do túnel", disse Martin Brudermüller, presidente da BASF e da comissão de competitividade da Mesa Redonda Europeia.

No entanto, o desempenho para além do segundo trimestre ainda está em questão. Silvia Ardagna, economista para a Europa do Barclays, alertou para a grande incerteza sobre as novas mutações do coronavírus e para "uma grande desaceleração" no crescimento depois da fase de recuperação, quando os estímulos governamentais serão reduzidos.

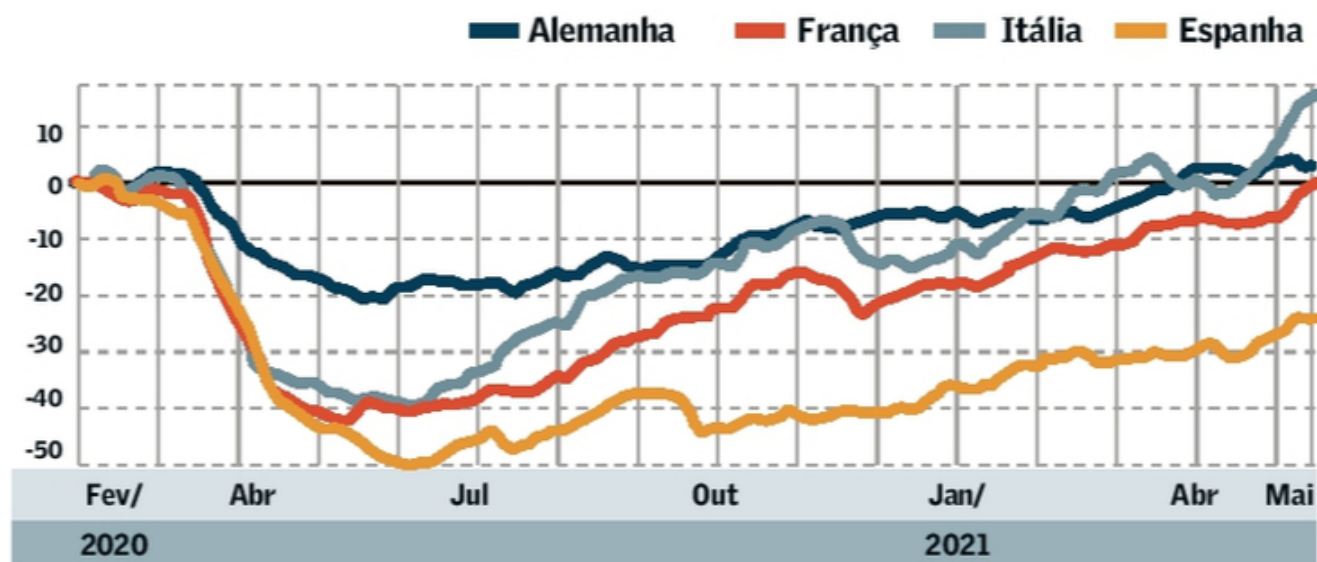
"Embora exista a promessa de uma recuperação rápida, não devemos subestimar os riscos...", disse Brudermüller. "A pandemia da covid terá implicações complexas nas operações comerciais e no comportamento do consumidor no longo prazo."

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186874?page=3&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186874?page=3&section=1)**

## Oferta de empregos em alta na Europa

Variação % em relação a fevereiro de 2020



Fonte: Indeed